

Ata número dezanove

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BELMONTE SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE JUNHO DE 2016

Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e dezasseis, pelas 17:00 horas, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Belmonte.

Aberta a reunião, pelas 17:15 horas, após um período de tolerância, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Paulo Borralhinho, em falta Anabela Teixeira, segunda secretária e comigo, Artur Elvas, primeiro secretário da Mesa, verificou-se a presença dos seguintes membros:

Da lista do Partido Socialista:

José Carrola Feliciano, Eduardo Gomes, Ana Pereirinha em substituição de Bruno Santos, Carlos Manuel Pinheiro Gomes, ainda em falta, Pedro Catalão em substituição de Licínio Benedito e Manuel Firmino Cameira;

Da lista das Pessoas Pelo Concelho de Belmonte:

Anabela Sanches Pinto, Patrícia Isabel Elvas Eusébio (em substituição de Fernando Proença), Lara Joana Curto, Daniel Bruno Afonso Tomé Mendes e José Carlos Birra Correia.

Da lista da Coligação Democrática Unitária – PCP/PEV:

Marisa Gonçalves Tavares

Estão também presentes nesta reunião, o Presidente da Junta da União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre, José Mariano, o Presidente da Junta de Freguesia de Inguias, David Velho, a Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas, Carla Marina Ascenção Cruz Pais e aguarda-se o Presidente da Junta de Freguesia de Caria, Pedro Torrão.

Tomada a palavra o Presidente da Mesa da Assembleia, verificou que existia quórum e informou que a mesma iria funcionar com 17 presenças

Posteriormente deu por aberta a sessão e passou a ler a ordem de trabalhos, que vai constar em pasta anexa.

1 - Aprovação da ata da sessão ordinária de 29 de Abril de 2016

2 - 1º Período de Intervenção dos Senhores Múncipes

3 - Período de antes da Ordem do Dia

4 - Período da Ordem do Dia

4.1.- Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;

4.2. - Conselho Municipal da Juventude - Atividade "Diz-nos o que Pensas - Orçamento Participativo Jovem" – Regulamento

- 4.3. - XIII Feira Medieval de 12 a 15 de Agosto 2016 – Belmonte – Regulamento de Participação
- 4.4. - Eleição de membros Suplentes da Assembleia Municipal para substituição na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Belmonte
- 4.5. - 1ª Revisão do Orçamento e GOP's 2016
- 4.6. - Apresentação, Discussão e Aprovação das Contas Consolidadas do Grupo Municipal
- 4.7. - Contratação de Empréstimo para financiamento de despesas de investimento
- a) Solicitação de Parecer Prévio
 - b) Informação da capacidade de endividamento
 - c) Relatório Final
- 5 - 2º Período de Intervenção dos Senhores Múncipes

Após leitura procedeu à retificação do ponto 4.4 no qual passa a constar “Eleição de membro efetivo da Assembleia Municipal para substituição na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Belmonte”

Face ao referido deu-se início ao cumprimento dos pontos.

1 - Aprovação da ata da sessão ordinária de 29 de Abril de 2016

O Presidente da Assembleia questionou se os membros propõem alguma alteração ou correção à ata número dezoito de 29 de abril de 2016.

Eduardo Gomes agradece que seja completada a sua intervenção no que diz respeito ao ponto 4.6 Relatório & Contas de 2015, pelo que entregou a sua intervenção por escrito

Não havendo nenhuma discordância ou alteração, passou-se à votação através de braço no ar.

Concluída a votação verificaram-se 0 votos contra, 4 abstenções (Artur Elvas, Lara Curto, Ana Pereirinha e Pedro Catalão) e 13 a favor, pelo que a ata é aprovada.

Verificou-se a chegada do Vereador Vítor Alves e David Canelo, bem como da segunda secretária Anabela Teixeira.

2 - 1º Período de Intervenção dos Senhores Múncipes

O Presidente da Assembleia informa que se vai passar ao período de intervenção dos Múncipes pelo que dá a palavra aos múncipes interessados

O Presidente da Assembleia informou que tendo em conta que não há pedidos de intervenção de qualquer Múncipe se iria dar continuidade à sessão da assembleia.

3 - Período de antes da Ordem do Dia;

O Presidente da Assembleia questiona os respetivos membros sobre a apresentação de algum assunto.

Dada a palavra ao primeiro inscrito, Patrícia Eusébio, Movimento de Pessoas pelo Concelho que apresenta uma moção sobre a Central Nuclear de Almaraz, que vai ser arquivada integralmente em pasta anexa e que se transcreve, no seu conteúdo podemos verificar a preocupação ambiental que a mesma representa

“Moção

A central nuclear de Almaraz, no Estado Espanhol, é a central nuclear mais próxima de Portugal. Situa-se a apenas uma centena de quilómetros da fronteira.

Os dois reatores nucleares entraram em funcionamento em 1981 e 1983, sendo dos mais envelhecidos em funcionamento em Espanha, o que levanta preocupações, agravadas pelos sucessivos incidentes registados. A Central teve o seu encerramento previsto para 2010, mas o Governo do Estado espanhol prolongou-o até 2020.

Os governos de Madrid têm respondido às autoridades regionais da Extremadura, tal como ao Governo da República Portuguesa, invocando "garantias de segurança".

*Em maio de 2015, era noticiado o desleixo na vigilância contra incêndios na central nuclear. Pouco depois, no verão, a Greenpeace divulgava um estudo europeu sobre a aplicação dos mínimos de segurança estabelecidos depois do acidente de Fukushima. Para a Greenpeace, **"Almaraz não é segura e não se deveria permitir a manutenção da sua atividade"**.*

No início deste ano, cinco inspetores do Conselho de Segurança Nuclear do Estado Espanhol, vieram a público quebrar o silêncio. Depois da última vistoria à central nuclear, motivada por repetidas avarias nos motores das bombas de água, ficou claro que o sistema de refrigeração não dá garantias suficientes o que, dizem os técnicos, coloca sério risco de segurança. Foi um problema semelhante de avaria na refrigeração que provocou o acidente de Chernobyl.

Almaraz é apresentada pela Greenpeace como um caso extremo. A central não cumpre pontos essenciais: não tem válvulas de segurança e sistemas de ventilação filtrada para prevenir uma explosão de hidrogénio como a que ocorreu em Fukushima; não tem dispositivo eficaz para contenção da radioatividade em caso de acidente grave; não tem avaliação de riscos naturais; não está sequer prevista a implantação de um escape alternativo para calor. Depois do relato dos inspetores, já se registou em Fevereiro nova avaria e um incêndio.

As consequências de um acidente nuclear grave são enormes, com implicações na vida e na saúde de gerações, com contaminação em larga escala, pelo ar e pelo Tejo. Após o acidente de Chernobyl, em toda a Europa, apenas a Península Ibérica e uma pequena parte de França escaparam à radiação.

A segurança das populações, fronteiriças e não só, vale mais do que os lucros dos acionistas da central (Endesa, Iberdrola e União Fenosa). O perigo representado pela central nuclear de Almaraz não pode ser ignorado nem negligenciado. É necessário que o Governo Português desenvolva todos os esforços junto das entidades espanholas no sentido de garantir o encerramento da central. O encerramento de Almaraz não é só a

exigência das populações ameaçadas como deverá ser o único objetivo responsável para qualquer governo português.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, a Assembleia Municipal de Belmonte, reunida em sessão ordinária recomenda ao Governo de Portugal que tome todas as iniciativas necessárias, junto do Estado Espanhol e das instituições europeias, no sentido do encerramento da central nuclear de Almaraz."

Eduardo Gomes informa que o PS concorda totalmente com a moção a apresentada, assim como Marisa Gonçalves da CDU pelo que se torna uma moção conjunta de todas as bancadas.

O Presidente da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.

Concluída a votação verificaram-se 0 votos contra, 0 abstenções e 18 a favor, pelo que a moção da Central Nuclear de Almaraz foi aprovada por unanimidade

Verifica-se a chegada do último membro em falta Carlos Gomes ficando o quórum com 19 elementos.

*Tomou a palavra, Marisa Gonçalves da CDU, que apresentou a sua declaração política/ Moção sobre a **Dignificação das freguesias em prol das populações**, a qual será arquivada em pasta anexa. No seu conteúdo poderemos verificar que no passado dia 23 de Junho, se assinalou o centenário da lei 621 de 1916, diploma que aboliu a designação de paróquia civil e assumiu definitivamente a designação de freguesia e de junta de freguesia, adotou um quadro de atribuição e de competências e estabeleceu os mecanismos de eleição dos órgãos de freguesia.*

As freguesias são a organização administrativa do Estado mais próxima das populações onde a democracia representativa e participativa ganham uma dimensão singular.

Assinalar esta data implica não esquecer as inúmeras dificuldades e atropelos a que as freguesias foram sujeitas nos últimos anos: uma ingerência inaceitável por parte do anterior governo PSD/CDS que não ouvindo a voz das autarquias e das populações decidiu aniquilar freguesias pelo nosso Portugal fora, incluindo o nosso concelho.

Contra a vontade das populações e dos órgãos autárquicos extinguiram mais de um milhar de freguesias, empobrecendo o regime democrático e diminuindo a representatividade e participação política.

A dignificação e valorização das freguesias não passam por transformá-las em meras estruturas executoras dependentes da Administração Central, nem executoras de políticas sociais e de práticas assistencialistas, muito menos tornarem-se subdivisões dos municípios.

Cada poder tem a sua natureza, órgãos e características próprias, pelo que as suas atribuições e competências devem ser compatíveis com o nível de proximidade e o exercício de funções adequado face à vida em comunidade.

Os desafios que se colocam para o futuro exigem o aprofundamento dos princípios constitucionais, com a defesa da autonomia do poder local Democrático, o

reforço dos meios para o exercício das suas atribuições e competências e a promoção da democracia nas suas múltiplas dimensões.

Assim e porque Reconhecemos a obra, a ação e intervenção das freguesias. Não há dúvidas de que no Portugal de Abril, as freguesias foram e são responsáveis pela significativa melhoria da qualidade de vida das respetivas populações e do desenvolvimento local, devemos voltar ao debate da reposição das Freguesias.

Honrando compromissos assumidos, o Grupo Parlamentar do PCP já entregou e agendou para o próximo dia 30 um Projeto de Lei para a reposição das freguesias.

Uma verdadeira reforma administrativa só pode ser concretizada com a real participação e envolvimento dos eleitos locais e das populações.

Pela parte da CDU é isso que sempre temos defendido e vamos continuar a exigir.

Pelo exposto deixa uma recomendação de **Dignificação das freguesias**

Sabendo que na recente imposição de agregação das Freguesias do Colmeal da Torre e Belmonte, a vontade popular não foi respeitada, urge tomar medidas.

Assim recomendam que:

- Assembleia Municipal de Belmonte realize com urgência um debate alargado com todos os cidadãos do Concelho de Belmonte e com especial apelo aos do Colmeal da Torre e de Belmonte, com vista ao apuramento do real sentimento da população.

Que seja um debate alargado, com os contributos de todos aqueles que o queiram dar.

Importaria por fim, que este processo ficasse terminado antes do próximo período eleitoral autárquico.

Porque, as populações e os órgãos autárquicos devem ser respeitados.

O Presidente da União de Freguesias de Belmonte e Colmeal da Torre concorda com os elementos apresentados e espera que a verdade seja reposta para bem da população.

A bancada do Movimento e do PS ambos manifestaram a sua concordância com a moção apresentada.

O Presidente da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.

Concluída a votação verificaram-se 0 votos contra, 0 abstenções e 19 a favor, pelo que a moção de **Dignificação das freguesias em prol das populações** foi aprovada por unanimidade

Daniel Tomé pede a palavra por uma questão de justiça. E informa:

“Na defesa da honra e do bom nome do autarca Daniel Tomé e repor a verdade dos factos sobre a retirada da confiança política. O respeito pelo voto do eleitor está a ser colocado em causa por quem não quer permitir que os seus eleitos, como eu, exerçam com liberdade as suas funções.

Aqui se faz, aqui se paga! Isto não é uma ameaça é a lei do retorno.

- Anabela Pinto, o movimento independente retirou-me a confiança política, venho por este meio perguntar quem é ou quem são os elementos do comité central do

movimento independente que estiveram na reunião da retirada da confiança política.

- Pergunto também, Anabela Pinto, se me pode facultar a certidão ou o documento onde foi registado tal ato estranho, bizarro, esquisito, estapafúrdio para colocar no meu currículo vitae para fazer prova.
- Anabela Pinto, pergunto ainda o que acha da frase proferida pelo nosso vereador, desculpe, o meu vereador, em circunstância nenhuma estive contra as orientações do prof. David Canelo, não sei se será o seu vereador, quando narrou numa assembleia “Que não tem que seguir o rebanho”.
- Anabela Pinto, termino esta fase das perguntas rápidas, que balanço faz do vereador sem pelouro no executivo municipal, David Canelo, no decorrer destes dois anos oito meses de mandato?

Tenho que começar a cumprir os meus “nunca mais”.

Anabela Pinto o Concelho de Belmonte e comunicação social precisam de saber a verdade, toda a verdade, a retirada da confiança política foi um ajuste de contas, uma vingança que me fez com três anos de atraso. Teve uma atitude “típica de uma líder fraca”

Tenho um terrível hábito, que é cumprir o que digo.

Há três anos atrás, na campanha para as eleições autárquicas numa reunião já muito perto do fecho das listas, talvez a uma semana da entrega no tribunal da Covilhã, e ainda sem candidato oficial à Assembleia Municipal, quando foi ventilado o seu nome pela primeira vez para encabeçar a lista para a assembleia municipal, na dita reunião, na fonte do carvalho, na freguesia de Caria, não concordei com a solução apresentada e expliquei a minha tese a todos os colaboradores presentes. Dois terços concordaram com a minha explicação. Resultado.....quando vi as listas definitivas para a assembleia municipal..... não será preciso falar mais..... (os segredos não se revelam).

Não precisamos de apagar a luz do próximo para que a nossa brilhe.

Anabela Pinto eu hoje digo e afirmo, que o movimento independente está ferido de morte, está a definhar ou direi mesmo, F A L I U.

E faliu porquê? Veja, os quatro candidatos às assembleias de freguesia de então:

Maçainhas: Vera Cardoso, telefonei-lhe, a opinião da colega é que foi esquecida, nunca reuniu com ela e sei que não esteve presente na reunião da retirada da confiança política.

Quando gosto de alguém nota-se, quando não gosto, nota-se ainda mais.

Belmonte: enfermeiro Mário, estive com ele no arraial do Agrupamento de Escolas, agora em junho, nem vale a pena comentar, incompatibilizou-se consigo na direção da Santa Casa, mas, mesmo assim, perguntei-lhe se tinha estado na reunião da retirada da confiança política, e disse-me que não.

As pessoas já não me desiludem, apenas confirmam as minhas teorias.

Inguias; Ivone Valério, estive somente no jantar da passagem do primeiro ano das eleições autárquicas, telefonei-lhe e perguntei-lhe se a Anabela Pinto tinha alguma vez reunido com ela sobre política e respondeu-me com uma palavra de três letras e um til (Não). Também não esteve na reunião da retirada da confiança política.

É horrível quando se defende uma pessoa, enquanto todos alertam sobre ela, e depois se descobre que estavam certas.

Caria: Evaristo Duarte, um empresário que tem sido promovido quer pela Câmara quer pela Empresa Municipal, é convidado de honra nas principais feiras onde está o

Município, FIL, BTL, FIT, Somos Portugal da TVI, F.I.A., etc. Fico por aqui, para não lhe retirarem a confiança política. Também sei que não estive na reunião da retirada da confiança política. Telefonei-lhe ontem e também confirmou, que nunca reuniu com ele sobre política.

Enquanto eu achar que estou no caminho certo e a fazer o correto, o que os outros pensam a meu respeito, honestamente, não me interessa.

Anabela Pinto, colaboradores para a **Câmara Municipal** – Jorge Amaro, abandonou a política ativa, saiu de cena para castigar o povo, David Canelo, não comunga da sua opinião, Luís António, não será necessário comentar, retirou-se da vida política. Calculo eu, que nenhum dos três estivesse na reunião da retirada da confiança política.

Quem tem luz própria incomoda quem está no escuro.

Anabela Pinto, termino com os membros da **Assembleia Municipal**, eu e José Carlos Birra temos um pensar sobre a atuação do movimento independente, a Anabela Pinto e os seus, colaboradores têm um outro pensamento.

Eu afasto-me de pessoas negativas, elas têm sempre um problema para cada solução.

Os seus problemas não são os nossos problemas. Nunca rastejei, não rastejo, tenho coluna vertebral e massa crítica, tenho uma virtude, falarei sempre contra as injustiças e as trapalhadas políticas.

Não atire lama para pessoas que estão limpas.

Os Belmontenses e Belmonte merecem que continue a dar sempre o meu melhor! Simplicidade, humildade, dedicação, solidariedade, inovação, criatividade, entusiasmo, alegria, confiança e rigor estarão sempre presentes! Viva a nossa terra!

A política sem ética e sem valores humanos é uma barbárie.

A política só é uma arte nobre que vale a pena, quando é entendida como um serviço à comunidade.”

Como direito de resposta Anabela Pinto apenas informar que este assunto deverá ser , caso o mesmo o entenda em sede própria.

Solicitou a palavra o vereador David Canelo com objetivo de por um fim a este assunto informando que este assunto não é de interesse para o desenvolvimento, são apenas “politiquices” que devem ser esquecidas em prol do bem do Município.

Não havendo mais assuntos a tratar no período antes da ordem do dia o Presidente da Assembleia passa ao ponto seguinte

4- Período da Ordem do Dia:

4.1.- Informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade e situação financeira do Município;

O Presidente da Assembleia passa a palavra ao Presidente da Câmara que acrescenta alguma informação complementar:

- a candidatura ao PARU foi entregue hoje 30 de junho , este Projeto prolonga-se até 2023 e prevê-se um investimento de 2 milhões e 300 mil euros.

- dia 24 Junho foi assinado o protocolo Contra a Violência Doméstica ato no qual esteve presente o Ministro Adjunto Dr Eduardo Cabrita e Secretario de Estado para a Igualdade , Dr^a Catarina Marcelino.

- Foi aprovado o estudo prévio do Centro Escolar de Caria

- Dia 5 de julho pelas 16horas iremos contar com a presença da Sr^a Presidente da CCDRC Dr Ana Abrunhosa na apresentação do modelo de acolhimento de Belmonte.

Marisa Gonçalves solicita a palavra apenas para proceder a uma pequena recomendação relativamente à formula de faturação de água, uma vez que tiveram conhecimento que:

A fórmula abrange os 12 meses (anual) e a contagem pode não coincidir com o mês. Admitindo que desta forma é mais favorável, no entanto, foram detetadas algumas situações em que os pequenos consumos, com a aplicação da fórmula, extrapolam para o escalão seguinte, passando estes cidadãos a ter uma valor superior na fatura ao que efetivamente teriam de pagar.

Neste sentido recomendamos que sejam tomadas medidas para que estas situações sejam salvaguardadas.

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que esta é uma questão pertinente e que se vai brevemente apresentar uma solução para o efeito que passa pela entrega do serviço de águas a uma empresa especialista na área.

Não havendo mais informações solicitadas o Presidente da Assembleia passa ao ponto seguinte.

4.2. - Conselho Municipal da Juventude - Atividade "Diz-nos o que Pensas - Orçamento Participativo Jovem" – Regulamento

O Presidente da Assembleia, passou a ler a respetiva certidão fornecida pelos serviços municipais.

Daniel Tomé felicita a iniciativa bem como o documento apresentado no entanto agradecia o esclarecimento sobre o montante referido, 10 %, corresponde exatamente a que valor.

Foi dada a palavra á Vice presidente Dr^a Sofia Fernandes a qual acompanhou o processo desde início que explicou que os 10% não tem um valor definido, todas as ideias apresentadas sejam pequenas ou grandes, mais ou menos relevantes serão consideradas e o ajuste do orçamento será efetuado consoante as necessidades.

Após esclarecimentos e discussão o Presidente da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.

Concluída a votação verificaram-se 0 votos contra, 0 abstenções e 19 a favor, pelo que o **Conselho Municipal da Juventude - Atividade "Diz-nos o que Pensas - Orçamento Participativo Jovem" - Regulamento** foi aprovado por unanimidade.

4.3. - XIII Feira Medieval de 12 a 15 de Agosto 2016 – Belmonte – Regulamento de Participação

O Presidente da Assembleia, passou a ler a respetiva certidão fornecida pelos serviços municipais.

*O Presidente da Câmara informou a mudança de denominação para **Belmonte Medieval 2016**, explicou que houve a alteração dos preços sendo mesmo assim baixos em relação aos outros do mesmo género, a ideia é cativar participantes e visitantes e não propriamente ter lucro com esta iniciativa. O programa da feira está completo e será divulgado durante a primeira semana de julho.*

Anabela Pinto do Movimento de Pessoas pelo Concelho solicita a palavra para Clarificar uma pequena falha no ponto 16 na qual se refere ao uso de pulseira identificativa para acesso ao recinto.

O Presidente da Câmara informa que inicialmente se pensou em reformular o regulamento e inserir a venda de pulseira por um valor simbólico, mas a ideia foi abandonada e por lapso o artigo não foi retificado.

Após esclarecimentos e discussão o Presidente da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.

*Concluída a votação verificaram-se 0 votos contra, 0 abstenções e 19 a favor, pelo que o **XII Feira Medieval de 12 a 15 de Agosto 2016 – Belmonte – Regulamento de Participação** foi aprovado por unanimidade.*

Antes de passar ao próximo ponto o Presidente da assembleia propõe um intervalo de 10 minutos.

Decorrido o tempo indicado dá-se o reinício da sessão.

4.4. - Eleição de membro efetivo da Assembleia Municipal para substituição na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Belmonte

O Presidente da Assembleia, passou a explicar a necessidade de nomeação de um membro efetivo para a comissão tendo em conta a suspensão recebida por parte do antigo membro.

Após pequena discussão foram apresentados dois nomes um dos quais não é membro da Assembleia Municipal, pelo que por concordância de todos, foi apenas aceite o nome de Anabela Pinto.

O nome final foi votado por voto secreto (sim/não) tendo em conta que se trata de um nome.

A Assembleia Municipal deliberou, com 19 votos a favor, aprovar o nome propostos para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Belmonte de Anabela Pinto.

4.5. - 1ª Revisão do Orçamento e GOP's 2016

O Presidente da Assembleia, passou a ler a respetiva certidão fornecida pelos serviços municipais.

Tomou a palavra Lara Joana do Movimento de Pessoas pelo Concelho que apresentou a respetiva declaração de voto que será arquivada em pasta anexa

“DECLARAÇÃO DE VOTO

A bancada do Movimento Independente, Pessoas pelo Concelho de Belmonte, apreciou a proposta aprovada no Executivo Municipal para a 1ª Revisão do Orçamento e GOP's do ano de 2016, documentação submetida a aprovação pela Assembleia Municipal.

Na análise realizada ao documento e por questões de rigor metodológico, diferenciámos a receita proveniente das transferências correntes e de capital, da receita proveniente do saldo orçamental na posse do serviço.

No que concerne à organização orçamental da despesa demos particular atenção à diferenciação da proposta do Executivo, para aferir quais as rubricas da despesa que serão objeto de reforço, após a aprovação desta 1ª Revisão Orçamental.

Considerando que:

- 1. A proposta de 1ª Revisão Orçamental para o ano de 2016, contempla de forma coerente um reforço à receita orçamental através de transferências correntes e de capital provenientes do Estado-Participação Comunitária em projetos Cofinanciados, nada temos a opor à transparente utilização orçamental dessas verbas nem à sua imputação à revisão orçamental proposta.*
- 2. A proposta de 1ª Revisão Orçamental para o ano de 2016 contempla de forma conveniente mas indesejável um reforço à receita orçamental pela via da utilização do saldo orçamental na posse do serviço, o que em nosso entendimento representa o uso inconveniente de verbas orçamentais disponíveis que devem ser preservadas para situações de emergência orçamental.*
- 3. A proposta de 1ª Revisão Orçamental para o ano de 2016 contempla um aumento à despesa orçamental, pelo reforço das rubricas existentes, no pressuposto de uma estratégia eficaz, atitude coerente com a inconveniente gestão dos dinheiros públicos, mas incoerente com as necessidades de desenvolvimento do Concelho e de acréscimo à qualidade de vida dos seus munícipes.*

Pelo exposto e por razões de coerência política com anteriores posições publicamente assumidas, designadamente, o voto contra as GOP'S e Orçamento de 2016, a bancada do Movimento Independente, Pessoas pelo Concelho de Belmonte, VOTA CONTRA a aprovação da 1ª Revisão Orçamental para o ano de 2016

Marisa Gonçalves CDU, passa a apresentar a sua declaração de voto que será arquivada em pasta anexa. Da mesma podemos reter que verificaram a inexistência de qualquer relatório que explique qual a fundamentação dos números e das alterações apresentadas e da respetiva definição da estratégia política. Que existe falta de transparência e de clareza. Para a CDU continuam a existir questões importantes que não estão previstas nesta revisão, pelo contrário a revisão aprofunda em sentido oposto ao que seria normal, ainda mais, algumas das rubricas que temos vindo a referir:

- Estudos, pareceres e projetos de consultadoria, que já tinha um valor bastante considerável vêm com um reforço de mais 20 mil euros.
- A rubrica com “Outros” continua a ser uma constante na revisão.
- Encontrámos várias rubricas em que, pela inexistência de um relatório a acompanhar esta revisão, não se observa qual a aplicação dos valores em causa.

Se no ano passado, a CDU se absteve na 1ª revisão, passado um ano e tendo em conta que as chamadas de atenção não foram tomadas em conta para que, aquando da possível necessidade de alterações, estas se percebessem com clareza, não lhes resta outra alternativa que não seja o voto contra.

Mais uma vez referem que este voto não é contra as obras inscritas, mas sim, é um voto contra a falta de clareza e transparência em todo o processo.

O Presidente de Câmara informar que não vai prestar mais esclarecimentos sobre o assunto e caso o desejam está presente o técnico de contas que poderá proceder a esclarecimentos concretos.

Eduardo Gomes , PS, informa que a revisão está dentro da normalidade pelo que o sentido de voto será favorável á sua aprovação.

Após esclarecimentos e discussão o Presidente da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.

Concluída a votação verificaram-se 4 votos contra (Patrícia Eusébio, Anabela Pinto e Lara Curto da Bancada do Movimento de Pessoas pelo Concelho de Belmonte e Marisa Gonçalves CDU), 0 abstenções e 15 a favor, pelo que a **1ª Revisão do Orçamento e GOP's 2016** foi aprovada por maioria.

4.6. - Apresentação, Discussão e Aprovação das Contas Consolidadas do Grupo Municipal.

O Presidente da Assembleia, passou a ler a respetiva certidão fornecida pelos serviços municipais.

Tomou a palavra Patrícia Eusébio do Movimento de Pessoas pelo Concelho que apresentou a respetiva declaração de voto que será arquivada em pasta anexa, na mesma a bancada do Movimento Independente Pessoas pelo Concelho de Belmonte informa que ao longo do atual mandato tem alertado para a lamentável forma como se têm gerido os dinheiros públicos.

As contas consolidadas do Grupo Público do Município de Belmonte assumem uma crescente aposta no desenvolvimento económico do município no que se refere ao turismo cultural. Os números divulgados pela Empresa Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social do Concelho de Belmonte vem demonstrar que a estratégia não está a dar os devidos frutos.

Pela análise aos documentos consolidados verificamos que os gastos com pessoal e os fornecimentos externos crescem e em sua contrapartida verifica-se um declínio das vendas.

Assim, o desempenho do grupo municipal no ano de 2015 apresenta-se negativo em mais de 2 milhões e 200 mil euros, valor este superior ao que o grupo apresentou em 2014. Importa pois reforçar que os prejuízos acumulados deste grupo assumem no final do ano de 2015 valores superiores a 16 milhões de euros.

Noutros momentos aqui usámos uma frase socialista "continuam a cavar dívida" e este não é por certo o melhor destino do grupo municipal.

Pelo exposto, a bancada do Movimento Independente, Pessoas Pelo Concelho de Belmonte, em coerência com os princípios que assumiu perante os seus eleitores, na defesa intransigente dos valores da integridade e transparência na aplicação dos recursos públicos, na defesa dos valores da cidadania e dos munícipes do Concelho de Belmonte, VOTA CONTRA a aprovação das contas consolidadas do Grupo Municipal.

Marisa Gonçalves da CDU, apenas informa que as notas de análise das contas já foram mencionadas na aprovação das contas das EMPDS e da Câmara Municipal em sessão anterior

Eduardo Gomes, PS, considera um ponto demagógico segundo a declaração lida pelo membro do movimento sobre o impacto das contas da EMPDS, tendo em conta que este impacto será no máximo 1% dos valores apresentados. O PS votou favoravelmente as contas da Câmara e da EMPDS em separado, pelo que não existe qualquer razão para não votar favoravelmente as contas consolidadas.

*Após apresentação e discussão do ponto referente às **Contas Consolidadas do Grupo Municipal**, o Presidente da Assembleia Municipal informa que se vai passar à votação através de braço no ar.*

*Concluída a votação verificaram-se 3 votos contra (Anabela Pinto, Lara Curto e Patrícia Eusébio da bancada das Pessoas pelo Concelho de Belmonte), 1 abstenções (Marisa Tavares da CDU) e 15 a favor, pelo que no uso da competência constante da Lei 75/2013, aprovou por maioria as Contas **Consolidadas do Grupo Municipal 2015**.*

O Presidente da Assembleia, informa que por possíveis incompatibilidades, se vai ausentar durante a apresentação discussão e votação do ponto 4.7., deixando em sua substituição o 1º secretário, Artur Elvas e o quórum com presença de 18 elementos.

4.7. - Contratação de Empréstimo para financiamento de despesas de investimento

- a) Solicitação de Parecer Prévio*
- b) Informação da capacidade de endividamento*
- c) Relatório Final*

O 1º secretário da Assembleia, passou a ler a respetiva certidão fornecida pelos serviços municipais.

O Presidente da Câmara informou que o pedido de empréstimo se deve à extinção do procedimento anterior, no valor de 1200 mil euros

Tomou a palavra Patrícia Eusébio do Movimento de Pessoas pelo Concelho que apresentou a respetiva declaração de voto que será arquivada em pasta anexa.

Na presente Declaração de Voto, a bancada do Movimento Independente, Pessoas pelo Concelho de Belmonte, apreciou com rigor, a documentação de suporte ao pedido de contração de empréstimo de médio longo prazo no montante de 430.000 euros destinado a financiar despesas de investimento, conforme relação anexa ao processo e que suporta a fundamentação do executivo municipal.

Considerando que:

- 4. O executivo municipal utiliza na sua argumentação e também como suporte ao pedido de empréstimo de 430.000 euros, a extinção do procedimento de contratação do empréstimo de médio longo prazos para o financiamento de despesas de investimento, no valor de 1.200.000 euros, aprovado nesta Assembleia Municipal em 30 de Junho de 2015, extinção de procedimento agora aprovada no executivo e comunicada a esta Assembleia, sem que a mesma conheça ou tenha tido acesso aos pedidos de esclarecimento solicitados pelo Tribunal de Contas e que condicionaram a atribuição do visto prévio solicitado pela referida entidade.*
- 5. A bancada do Movimento Independente, Pessoas pelo Concelho de Belmonte, no uso das competências legais e de fiscalização ao órgão executivo municipal, solicitou por diversas vezes ao senhor presidente da Câmara, através de requerimento, o acesso à argumentação e pedidos de esclarecimento efetuados pelo Tribunal de Contas, sem que a mesma lhe tivesse sido até hoje disponibilizada, o que consideramos falta de transparência para com este órgão fiscalizador.*
- 6. Após minuciosa análise aos documentos, designadamente, quanto à capacidade de endividamento, verifica-se existir uma incoerência contabilística e financeira entre documentos anteriormente aprovados por esta Assembleia Municipal e a documentação que suporta agora o empréstimo de 430.000 euros, o que faz certamente alterar a capacidade REAL de endividamento do Município.*
- 7. Apesar de o Executivo Municipal justificar a contratação do empréstimo de 430.000 euros, como uma oportunidade para que o Município possa apresentar candidaturas a programas de cofinanciamento cuja homologação pressupõe uma componente financeira municipal, nos termos do n.º 5 do art.º 52.º da lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, atualizada pela publicação do diploma, Lei n.º 7-A/2016 de 30 de março (Lei do Orçamento de Estado), o Movimento Independente, Pessoas pelo Concelho de Belmonte, considera que a contratação do empréstimo de 430.000 euros, que esgota a capacidade de endividamento do Município, resulta apenas de uma gestão desregrada e catastrófica dos dinheiros públicos, tal como temos vindo a alertar aquando da aprovação de anteriores documentos gestionários, e não, tal como agora ilusoriamente se invocam, o cofinanciamento e a componente municipal.*

Pelo exposto e por razões de coerência com anteriores posições publicamente assumidas, a bancada do Movimento Independente, Pessoas pelo Concelho de Belmonte, VOTA CONTRA a aprovação do empréstimo."

Marisa Gonçalves CDU, passa a apresentar a sua declaração de voto que será arquivada em pasta anexa, a mesma confrontada com a solicitação da CMB para a

contratação de um novo pedido de empréstimo a ser decidido na sessão ordinária da Assembleia Municipal de Belmonte, em 30 de Junho de 2016 declara o seguinte:

“1 – Antes da análise do empréstimo presente a esta sessão, teremos de recordar o que então foi colocado na declaração de voto pela CDU relativamente ao empréstimo solicitado e aprovado na sessão da AMB de Junho de 2015 - “Do ponto de vista orçamental, com efeito, e como salienta a CMB, a margem utilizável é bastante inferior ao montante do empréstimo; no entanto, a Câmara assegura com “inteira segurança” que a autarquia dispõe de capacidade de endividamento; face a isto seria útil que a autarquia prestasse também informação sobre o ponto 5 do artigo 51º da lei de finanças locais (amortização) e o cumprimento do respetivo equilíbrio orçamental previsto no mesmo diploma.” (...) “Ainda assim, e salvaguardando as garantias e explicações de natureza orçamental e financeira, que em última análise serão analisadas pelo TC, votamos favoravelmente...”

A CDU deu, desta forma, o benefício da dúvida pois a câmara assumia inteira segurança sobre a capacidade de endividamento e sobre a legalidade de todo o processo.

Passado um ano, somos novamente confrontados com outro pedido de empréstimo de valor significativamente inferior, com um prazo de 12 anos de pagamento (quando o outro se dizia pagável durante 1 ano) e com a “extinção do procedimento de Contratação de Empréstimo de Médio e Longo Prazos para o Financiamento de Despesas de Investimento, no valor de 1.200.000€” anteriormente aprovado.

Assim, questionam o rigor perante uma matéria tão sensível como esta que envolve montantes significativos para a capacidade financeira que o município de Belmonte detém e para as populações e autarcas que nela depositam confiança.

Questionam ainda, com a falha do empréstimo anterior, que obras ficaram por realizar?

Referem mais uma vez que existem problemas concretos e identificados. Um deles é o problema da brutal dívida da água que é preciso resolver. Enquanto esse problema não for enfrentado e resolvido, há-de haver sempre necessidade de se recorrer a crédito para se resolverem problemas e executarem obras de utilidade pública...

Ainda assim, com todas estas questões e dúvidas, mas atendendo a que as obras que estão enumeradas são necessárias para a População vão, mais uma vez, votar favoravelmente.

Querem deixar bem claro que, este voto, não é de confiança na Câmara, é unicamente a pensar nos investimentos a financiar com este empréstimo e principalmente nos cidadãos e no bem comum que vão servir.

Foi cedida a palavra ao técnico de contas, Pedro Patrício para prestar esclarecimentos relativamente ao assunto.

O empréstimo anterior previa obras em 2015 e grande parte em 2016, foi solicitado numa fase inicial da nova lei. O tribunal de contas questionou a capacidade de endividamento do município, isto e outros fatores foram atrasando o processo no entanto as algumas obras foram efetuadas e pagas pelo Município, pelo que o processo de empréstimo deixou de ser viável e reconsiderado. Proximamente o executivo vai apresentar outro empréstimo do género tendo em conta obras que para as quais estarão já definidos financiamentos.

Eduardo Gomes, PS, considera os esclarecimentos elucidativos e se votaram favoravelmente o empréstimo anterior não têm qualquer impedimento na aprovação do mesmo até porque “para se fazer obra temos de ter financiamento” .

Pedro Patrício, acrescenta á sua intervenção que a Câmara esteve a aguardar a entrada de verbas relativas ao Lar de Caria, sem este valor o Município não reunia as condições necessárias para a contratação deste empréstimo, uma vez que poderia não ter a capacidade de endividamento necessária.

O Presidente da Câmara esclarece que o Tribunal de Contas não negou o empréstimo apenas pediu esclarecimentos, pelo que por força das razões inúmeras a câmara ter procurado outras alternativas. Admite que se continua em contencioso com as águas e esta informação é do conhecimento de todos. A primeira preocupação do executivo é com os munícipes e não tem necessidade de lições.

Após apresentação e discussão do ponto referente à Contratação de Empréstimo para financiamento de despesas de investimento, com a presença de 18 elementos da Assembleia Municipal, devido à saída do Presidente da Assembleia, Paulo Borralhinho, evocando possíveis incompatibilidades, passou-se à votação inicialmente do parecer prévio e posteriormente à contratação do empréstimo.

*A Assembleia Municipal deliberou, com 15 votos a favor, 3 contra (Anabela Pinto, Patrícia Eusébio e Lara Curto do Movimento das Pessoas pelo Concelho de Belmonte) e 0 abstenção, aprovar por maioria **o parecer prévio**.*

*Relativamente à votação da contratação do empréstimo a Assembleia Municipal deliberou, com 15 votos a favor, 3 contra (Anabela Pinto, Patrícia Eusébio e Lara Curto do Movimento das Pessoas pelo Concelho de Belmonte) e 0 abstenção, aprovar por maioria a **Contratação de Empréstimo para financiamento de despesas de investimento**.*

Verificou-se a entrada do presidente da Assembleia Municipal, Paulo Borralhinho que voltou a assumir a Sessão da Assembleia.

Não havendo mais assuntos a tratar no período antes da ordem do dia o Presidente da Assembleia passa ao ponto seguinte.

5 - 2º Período de Intervenção dos Senhores Munícipes

O Presidente da Assembleia informa que se vai passar ao período de intervenção dos Munícipes pelo que dá a palavra aos munícipes interessados

O Presidente da Assembleia informou que não há pedidos de intervenção de qualquer Munícipe .

Antes de dar por encerrada esta assembleia propõe-se para maior celeridade e pela importância dos assuntos tratados a sua aprovação por minuta. Pretensão que foi aceite por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar nesta reunião e sendo 18 horas e 40 minutos, o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião, ficando o primeiro Secretário encarregado de elaborar a presente ata, para aprovação na reunião seguinte.

*Boa Sorte **Portugal** , para as semifinais do europeu 2016*

E eu, _____, primeiro Secretário da Mesa a redigi e vou assinar conjuntamente com o referido Presidente, depois de lida e aprovada integralmente, na reunião seguinte.

O Presidente

1º Secretário

2º Secretário